



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 35**

Sessão Ordinária de Abril

3.ª Reunião de 07-05-2007

Aos sete dias do mês de Maio de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sésando Alves dos Reis, Júlio Vasconcelos Oliveira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:

Armando Manuel Dinis Vieira, António Ildebrando Nunes Costeira e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício<sup>as</sup>, deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Presidente da Mesa Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos pelo sucedâneo na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, José António Tavares Vieira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e Carlos Mário Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Júlio Vasconcelos Oliveira, Octávio Manuel Rodrigues Santos e José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

### Membros da Assembleia

Vogal Fernando Afonso (BE) <sup>03</sup>

Presidente da Mesa <sup>04</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>05</sup>

**Continuando, o Presidente da Mesa em exercício<sup>05</sup> colocou à consideração do plenário a discussão conjunta do Ponto 2 e 3 da Ordem do Dia, não se verificando oposição.**

### **PONTO 2. – CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DE 2006.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/04/2007, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

### **PONTO 3. – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 16/04/2007, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Para apresentação sucinta dos documentos em epígrafe, usaram da palavra por parte da Câmara Municipal:

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>02</sup>

*“Os documentos os documentos que irão ser aqui analisados foram atempadamente distribuídos e sumariam aqueles aspectos mais relevantes da actividade, mas também das dificuldades, dos problemas, dos anseios, com que em 2006 o executivo municipal se deparou. Está tudo sintetizado nestas cerca de setecentas páginas. E o número de setecentas páginas é elucidativo quanto à clareza que procuramos imprimir à nossa gestão. Portanto está tudo sintetizado nestas setecentas páginas pelo que nos escusamos a mais pormenores, por redundantes.*

*Permitam-me apenas dois ou três aspectos que nos parecem importantes. Qualquer leitura, qualquer análise que possa ser feita a estes documentos, desde que despreziosa e atenta, deve alicerçar-se sempre nos seguintes factos: Primeiro facto, no que foi dito aqui nesta Assembleia em Dezembro de 2005 aquando da apresentação das GOP e do Orçamento para 2006 – documentos que vão estar agora aqui para análise. Nessa altura foram ditas, entre outras coisas, duas mais relevantes. A primeira - foi dito, este é o documento, que devido às circunstâncias (tínhamos na altura dois meses de mandato) nos sentimos condicionados a apresentar. E outra coisa importante, dita na altura, foi que a obrigatoriedade legal, incontornável e irrecusável, de termos de incluir no Orçamento todos os valores em dívida, leva à hiperbolização do documento e consequentemente a um elevado grau de irrealismo do mesmo.*

*Hoje, nesta Assembleia, passados dezasseis meses dessa Assembleia, estamos em condições de verificar que essas palavras eram verdadeiras.*

*Também devemos ter em conta um outro aspecto que é importante para análise. Um dos aspectos é que durante 2006, pagámos às instituições bancárias – só serviço da dívida cerca de doze milhões de euros. Cerca de um milhão de euros por mês. E fomos por diversas vezes confrontados com situações de penhoras que nos causou como é compreensível situações*

*dramáticas, para além de outras situações pontuais, com que nos fomos confrontando ao longo do ano. Ainda na passada semana levámos mais um cheque de quase um milhão de euros ao banco para libertar mais um lote que a Câmara tinha vendido e agora tivemos de libertar. Enfim, estes são alguns dos factos para os quais apelamos à melhor compreensão dos senhores deputados, que acreditamos são decisivos na apreciação elevada e isenta dos documentos que irão apreciar.*

*Por último, dizer-vos, que acreditamos que ainda este mês de Maio seja o mês da viragem. Neste mês, estamos já conhecedores de uma boa parte da realidade do município e que iremos todos conhecer ainda este mês (pensamos), aquele que foi o ponto de partida da nossa gestão, o qual irá ser aprofundado na Assembleia Extraordinária que aqui foi agendada para análise à Auditoria. Iremos apresentar o nosso Plano de reequilíbrio financeiro. Isto é, iremos erguer os olhos para cima e para a frente e iremos ter como preocupação apenas o futuro.”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>08</sup>

*“Como terão reparado com certeza, este ano em termos de relatório de gestão, algumas alterações foram feitas, nomeadamente em relação à parte das finanças municipais. É isto que nós pretendemos aqui trazer e que fizessem não só uma análise aos números crus, tal como eles aparecem na Prestação de Contas – porque assim tem de ser, mas que fizessem também alguma análise comparativa aos vários anos, assim como à estrutura da própria Câmara e em que sentido é que deverá evoluir.*

*Por isso, só umas notas muito simples em relação à parte da Câmara, nomeadamente à questão dos impostos directos – eles cresceram cerca de seiscentos e quarenta mil euros. E relembro isto porque houve já diversas vezes nesta câmara dívidas acerca da Derrama e do IMI. Nós achamos que devemos estimular a economia do concelho e está demonstrado que podemos ter rendimentos por essa via.*

*Em relação às receitas correntes elas baixaram, está transcrito no próprio documento. Houve também uma baixa em relação às participações que vêm do Estado e isso também está expresso no documento — algumas devido a estar a acabar o III Quadro Comunitário. Depois, aquilo que nós adicionámos neste documento para vossa análise e para melhor compreensão das Contas é uns rácios de gestão, que nalguns casos são mais importantes que os meros números. Eles dão-nos por exemplo, o grau de cobertura das despesas (isso é importante ver) na página 111. O grau de cobertura das despesas de pessoal com os fundos correntes — e que demonstram que nós estamos deficitários nessa área. O grau de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas correntes, também acho importante essa análise. E a receita total de capital versus a dívida de capital que são análises interessantes para percebermos até que ponto as obras são pagas e são executadas. Gostava que dessem realce a esses documentos porque é mais simples do que estarmos a ver meros números de balanço e de prestação de resultados.*

*Gostava também de vos dar uma nota em relação aos SMAS. Este, 2007 será o primeiro ano sem dois pesos – quer o peso do investimento quer o peso dos transportes públicos. 2006, já foi um ano sem os transportes públicos, no entanto ainda houve um investimento grande a fazer. Há a realçar não só melhor efeito da gestão, mas também uma redução de pessoal 5% a ser feito SMAS. Obrigado.”*

Vereador Jorge Greno <sup>09</sup>

*“Relativamente ao Balanço Social penso que o documento é suficientemente claro, mas estarei disponível para qualquer esclarecimento que pretendam que seja prestado.”*

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>010</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>111</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>112</sup>

*“Bom, da leitura deste enfadonho relatório, ressaltou-me aqui algo como o trabalho extraordinário a que se recorre! E embora as despesas com pessoal estejam abaixo dos limites permitidos por lei o que é facto é que o número de horas extraordinárias é bastante elevado. E isso quase sempre resulta da má organização. Porque quando a organização é boa isso não acontece. Embora, tenham descido as horas extraordinárias o seu valor ainda é muito elevado – queria fazer esse reparo.*

*Relativamente à Biblioteca Itinerante nota-se na descrição das deslocações algumas irregularidades dos roteiros. Gostava de saber se há algumas razões objectivas para que isso aconteça? Relativamente ao IMI a acrescentando algo ao que aqui foi dito. Os impostos em princípio são criados de forma a que seja financiada a questão objectiva pela qual foram criados. Ou seja, quando se paga uma taxa de circulação, o dinheiro que reverte dessa taxa deve ser para arranjar as ruas. Quando o IMI é aplicado deve ser aplicado, em princípio, de forma a que as pessoas que têm as suas casas nas ruas correspondentes na rua, na vila ou na cidade onde moram tenham boas condições — o que muitas vezes não acontece. Ou seja, uma pessoa constrói uma casa a suas próprias expensas e depois passa a pagar este imposto, passa a pagar uma renda por ter uma casa e não é correspondido do imposto que paga. Ou seja, nós temos no nosso município muitas casas, muitos bairros onde as ruas são autênticas picadas. Não têm passeios, não têm as condições básicas para os cidadãos. Ora isto tem a ver com a forma como é feita a gestão destes dinheiros que vêm destes impostos. É gasto da forma que se entende e não com a objectividade que é necessária à qualidade de vida dos cidadãos.*

*Gostava ainda que me fosse respondido a uma questão que fiz aqui na sessão passada sobre a casa da Condessa de Taboeira. Queria saber informações da situação.*

*Queria dizer também que quanto à taxa de execução aceito um pouco as explicações dadas pelo Senhor Presidente, mas isto é recorrente e tem a haver com a forma pouco democrática da forma como é feita a gestão da Câmara. Em meu entender deveria ser de uma forma muito mais elaborada, muito mais democrática e descentralizada. Enquanto não o for vai ser sempre assim. É um tipo de gestão que considero ultrapassada e que não futuro. O futuro é a descentralização.*

*Finalmente por aquilo que se vê, embora haja algum optimismo por parte do Senhor Presidente, tenho a impressão que não há dinheiro que vede isto, sinceramente. Muito obrigado.”*

Vogal Joaquim Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>113</sup>

*“Nesta minha intervenção gostaria só de fazer uma observação geral em relação aos documentos que nos foram facultados. E isto, independentemente da taxa de execução ser pequena como toda a gente sabe e como toda a gente contava, porque o Orçamento também tinha sido empolado para fazer face aos compromissos que tinham sido assumido pela Câmara, gostaria de salientar, e numa perspectiva global, a melhoria da esmagadora maioria das contas da Câmara. Pese embora apareça aqui uma ou outra questão que carecia de explicação que é a desagregação da conta por forma a que pudéssemos mais facilmente identificar de onde vêm estes montantes. Mas para já, queria dar de facto os parabéns ao executivo (e tendo em atenção os documentos que nos foram facultados) por esse desempenho. Já não está a agravar a situação e antes pelo contrário já estamos a melhorar a situação. É pouco, é um facto, mas é um indício. Esperemos que agora se possa avançar mais rapidamente no sentido de conseguirmos consolidar mais essas contas para que o município de Aveiro possa respirar com mais à vontade no futuro que se avizinha.*

*Em relação ao documento dos SMAS há uma coisa confusão e gostaria se possível que me fosse explicado esse resultado negativo, nomeadamente da exploração do saneamento! Todos sabemos que temos um das taxas de saneamento mais altas, comparadas aqui com os municípios vizinhos. Nem sei se Lisboa, capital do país, tem uma taxa tão elevada quanto a nossa. Toda a gente se queixa do valor que paga pelo saneamento. E continuamos a verificar nas contas dos serviços municipalizados que a exploração no que ao saneamento diz respeito continua a ser negativo. E substancialmente negativo. Não sei se isso tem a ver com alguma componente de investimento que ainda esteja a ser realizada ou não. Não se consegue perceber.*

*Se já se aceita que na componente de águas se tenha uma taxa de exploração positiva, na questão do saneamento não consigo perceber. Ah, e dizer que de facto um milhão de euros de serviço de dívida mensal é muito dinheiro, mas mesmo muito dinheiro.”*

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>014</sup>

*“Senhor Presidente, em primeiro salientar o esforço da Câmara no sentido de melhorar a clareza da Prestação de Contas, nomeadamente com um conjunto de índices e desenvolvimento de algumas contas. Tudo o que for feito em nome da clareza é bem-vindo. Já quanto a um conjunto de aspectos que vem no relatório, embora o Senhor Presidente tenha referido que se houvesse mais algo seria redundante, perdoou-me dizer-lhe que não houve aqui um critério de redundância. Se houvesse, talvez o relatório fosse um relatório mais claro nesse aspecto. Penso que há um caminho a percorrer, separando realmente aquilo que é relevante daquilo que é menos e referir mais no relatório o aspecto da política seguida para que aqui possamos dar contributos mais positivos nesse aspecto. Penso que aí o relatório dos serviços municipalizados*

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>015</sup>

*“Eu quero realçar de facto a transparência e o coração aberto, com que o executivo aqui está a apresentar este relatório.*

*Considero que de facto, o relatório apresenta melhorias substanciais e pormenorizadas, relativamente à actuação da própria Câmara, que acho que só relevam do bem saber e da honestidade com que esta Câmara se apresenta perante os problemas que lhe são colocados pela frente. Julgo que os custos financeiros de facto são elevadíssimos e a taxa de execução é de facto baixa. É de facto baixa, muito baixa e compreende-se porque é que o foi. A justificação foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara, considerando desde logo e há bastante tempo este Orçamento, digamos, irrealista porque o é de facto. De qualquer forma dá a sensação e julgo que (como eu disse na última reunião) já começa a haver algum dinheirinho, portanto o que denota de facto um cuidado substancial e uma contenção que é necessário ter neste período conturbado, económico ou financeiro, da Câmara Municipal de Aveiro.*

*O programa de reequilíbrio financeiro é de facto muito importante. É necessário que ele seja apresentado com a maior rapidez possível.*

*E tendo em base esse programa de reequilíbrio financeiro a pergunta que eu coloco, se bem que certamente difícil para o Executivo responder, eu gostaria que o Executivo nos desse uma previsão, tendo em conta esse plano do reequilíbrio financeiro, quando é que de facto as contas serão reequilibradas? Ao fim de quanto tempo, de quantos anos? É essa a pergunta que quero colocar.”*

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>16</sup>

*“Tentando ser o mais breve possível sobre a análise desta documentação que nos foi apresentada; de facto as 700 páginas dizem muito e do essencial. E aquilo que me cumpre aqui é denotar, tal como foi salientado pelo Senhor Presidente da Câmara, das contas e daquilo que resulta da gestão financeira deste município, é isto: doze milhões. serviço de dívida, a importar um ónus mensal de um milhão.*

*Estes números é que falam e denotam aquilo que foi, digamos, o esforço e o mérito deste Executivo até agora para tentar resolver um grave problema de gestão financeira, que nos foi deixado como legado. Isto é que deve ser realçado e frisado e como disse muito bem o senhor Presidente da Câmara — Maio é de facto um mês viragem.*

*Vê-se pela acção. Vê-se por aquilo que está aqui plasmado nestes documentos e sabe-se pela boca do povo. E portanto ninguém pode escamotear a verdade dos factos, essa é que é essa! Aquilo que foi deixado para resolver, neste momento está a ser tratado, resolvido, dentro das contingências e dos obstáculos financeiros que o Poder Central tem levantado a todos os municípios, e a este que não deixa de ser também um exemplo.*

*Desses constrangimentos e não obstante a dificuldade que constitui a gestão financeira, todos o sabemos, eu gostaria aqui de realçar principalmente a questão dos processos judiciais.*

*É patente do relatório de gestão, resulta mais uma vez o mérito desta Câmara, na celebração dos acordos e na tentativa que é mais do que evidente, da diminuição da “litigiosidade”.*

*É incrível, é algo de extraordinário, como é que uma Câmara Municipal consegue manter pelo menos desde 99 até hoje, tão elevado número de processos! Com a agravante ainda na tramitação processual para quem estiver dentro desse domínio, sabendo que a tramitação da maioria destes processos de execução, de cobranças de dívidas, estamos aqui a falar de cobranças de dívidas, pagamento de compromissos, por virtude fornecimento de bens e serviços e que levaram a penhoras bancárias. E portanto, ninguém pode aceitar e nem sequer ninguém pode compreender como é que é possível gerir uma Câmara com cativos, com contas penhoradas; isto não cabe na cabeça de ninguém! Nós não estamos aqui a falar de montantes de meia dúzia de euros. Estamos a falar de milhares de euros e depois admiram-se que não haja execução ou haja dificuldade na execução. Sejamos sérios.*

*Eu quero dar aqui um pequenino exemplo que me chocou. Como é que é possível o processo 3084, respeitante numa acção ordinária, cuja autora é a Eurorest, tenta cobrar cento e setenta e três mil euros devidos por fornecimento de refeições nas escolas. Isto é ridículo. Isto é ridículo. Cobranças de dívidas por fornecimento de refeições nas escolas. Isto é imoral!*

*Estamos a falar de um serviço que é básico e a Câmara em vez de cumprir aquilo que é o seu compromisso, numa situação que é gravíssima, duzentos mil euros cativos. Isto é uma penhora aqui neste processo também. Isto é ridículo. Só para vos dar um pequenino exemplo de como a litigiosidade foi gerida e foi resolvida pelo anterior executivo. Foi esta Câmara (isto é que tem que ser dito) que decidiu e em bom tempo, lavrar os acordos e ultrapassar digamos aquilo que tem sido a marca que nós todos conhecemos desta Câmara que é a dívida e o passivo, de compromissos anteriormente assumidos.*

*Portanto é isso que eu gostaria aqui de realçar e de parabenizar face àquilo que nos é apresentado neste relatório de gestão.*

*Terminando, gostaria só de colocar aqui duas questões, uma vez que também o relatório plasma isso mesmo, respeitante à POLIS e à questão das Feiras.*

*A POLIS é como nós todos sabemos, a sociedade em si foi extinta, sabemos que dos projectos que estavam inicialmente previstos, obviamente que daqui para a frente é a Câmara que irá assumir esse dever e esse encargo. Gostaria de saber do ponto de vista futuro, o que é que a Câmara tem em mente ou que planeamento existe de programação para levar a cabo algum ou alguns dos projectos que estavam inicialmente previstos?*

*E terminando, gostaria de frisar mais uma vez uma questão que aqui deixei na última Assembleia, a qual não foi respondida e foi uma sugestão que aqui coloquei. Gostaria de saber se é possível, também nesse sentido, da Câmara, qualquer sugestão nesse sentido que é saber das Feiras, nomeadamente das velharias e a feira das artes e ofícios, que constituem novamente o exemplo de desenvolvimento e que está aqui referido no relatório de gestão — se por acaso a Câmara está ou não está a pensar ou se aceitaria uma proposta de instalação alternada dessas Feiras na Praça Marquês do Pombal? Aquele espaço, como nós sabemos é um espaço que não tem estado afecto, com numa grande frequência do público em geral, portanto à população aveirense, e esta é a sugestão que eu aqui deixaria, se a Câmara está ou não está disposta a fazê-lo ou se tem alguma ideia para revitalizar aquela zona.”*

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [III](#)

*“Eu começaria por falar na demonstração de resultados, que de facto este relatório emite. São quase seis milhões de resultados positivos do exercício. É uma situação um bocado absurda porque nós temos que ver, qual é a correspondência disto com a realidade e, portanto, qual o destino destes resultados. Não sei. Podem ser reservas, aplicações, distribuição pelos municípios, aplicações financeiras, não sei, mas estes resultados têm que ser aplicados.*

*Depois há aqui a anotação de que há uma redução do endividamento de médio e longo prazo!? No Orçamento de 2006, que já foi elaborado por esta Câmara, o tal, o Orçamento com todas as dificuldades, foi elaborado, previa para 31 de Dezembro que devêssemos quarenta e três milhões e meio de euros. No entanto deve-se quatro milhões e meio de euros mais do que estava previsto nesse Orçamento!*

*Portanto a dívida aqui aumentou. E por outro lado os empréstimos que foram contratados no ano passado não justificam essa diferença, são dois milhões e tal que foram contratados.*

*Por outro lado a dívida passou para 47,8 milhões também porque o leasing financeiro, mais o factoring que não existia no início de 2006, passou a existir em 31 de Dezembro de 2006, mais acordos de pagamento que são o endividamento de longo e médio prazo — portanto passaram dos tais 43,9 milhões para 47,8 milhões. E lá está este aumento, estes quatro milhões não foi compensado, pela redução da dívida de curto prazo, foi uma redução de 2,2 milhões.*

*Nota-se um peso de encargos no ano de certa maneira elevado. Pronto, são os juros de 3,7 milhões - é a constatação do que aqui está, mais 3,5 de amortizações.*

*E agora vamos para a capacidade de execução orçamental. E nós temos aqui uma situação que é dispar: enquanto que na análise da receita nós temos aqui no relatório uma execução orçamental de 29,8% (escrita no próprio relatório), relativamente à análise da despesa, por estranho que pareça, as contas não são feitas da mesma maneira! Enquanto que nós fazemos as contas à execução orçamental dar 29,57% - na análise da despesa, estranhamente aparece aqui uma taxa de execução de 65,12%. Isto é uma situação de facto contrária uma à outra - e porquê? Por que (entendemos nós) é que foram cabimentados em 2006, noventa e oito milhões de euros (isto seria uma coisa espectacular, seria de dar os parabéns de facto, se nós conseguíssemos cumprir ou pagar noventa e oito milhões de euros), quer dizer, isto tendo em conta (as receitas municipais estão mais ou menos estabilizadas, quase todos os anos andam por volta dos 45 milhões, tomáramos nós até que chegassem aos 50 milhões.*

*Todos os inícios de anos, nos Orçamentos, se fala e se refere: “esperemos que este ano chegue aos 50 milhões”, mas andam sempre por volta dos 45 milhões) e cabimentar num só ano 98 milhões de euros — isto no fundo, quer queiramos ou não, é estarmos cada vez mais a alimentar a dívida e estarmos a fazer explodir a dívida, no fundo.*

*Mesmo que nós vendêssemos 50 milhões de euros do património, isto no ano seguinte ainda teríamos que fazer muito mais para conseguirmos derrotar esta situação de dívida.*

*É óptimo termos ouvido dizer que finalmente se vai fazer um Plano de Reequilíbrio Financeiro. Esperemos bem que sim e de uma maneira correcta, obviamente. Porque se nós repararmos bem, por exemplo, relativamente à recolha dos resíduos sólidos não foi feita nenhuma reestruturação ainda que reduzisse o custo desta despesa. Isto é um exemplo, independentemente de já agora enaltecermos, porque aprovámos também e votámos a favor, a situação da manutenção do IMI e da Derrama.*

*Depois queria dizer que relativamente ao que estava no relatório das GOP's para 2006, há situações que de facto importa de certa maneira cumprir. Porque não se deu cumprimento, não se foi rigoroso, naquilo que lá estava assinalado. Lembro nomeadamente a pista de remo do Rio Novo Príncipe. Soube agora aqui pelo deputado Jorge Afonso, que já estão a pôr estacaria, mas em 2006 ainda não tinha sido feito nada. Ferry-boat de São Jacinto, etc. Há uma série de situações que estavam nas GOP's de 2006 que efectivamente não foram cumpridas durante o ano de 2006, porquê.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [118](#)

*“Contas são Contas. Contas são valores que reflectem coisas feitas. E não é por não concordarmos com aquilo que foi feito que votaremos contra contas desde que elas nos pareçam traduzir com fidelidade o que foi feito.*

*Começo por dizer que não vou falar no verificado cumprimento orçamental de apenas 29,5%. Não o farei porque compreendo que esse valor traduz o arrastamento que lhe é trazido pela própria contabilização a que é obrigado pelo POCAL.*

*Do que vou falar é da relação entre aquilo que foi executado e os valores que, na altura, o Vereador das Finanças indicou para o Orçamento expurgado desse arrastamento do POCAL. E aí constatamos que a Câmara pouco mais de 50% conseguiu fazer. Cerca de cinquenta por cento das previsões (reais) que o senhor Vereador nos tinha dado! O Sr. Vereador tinha-nos dito que o orçamento se situaria entre os 50 e 80 milhões de euros! Cumpriu 45!*

*De facto temos de compreender que esta Câmara herdou um problema preocupante, que é o problema da dívida! Não tenho dívidas nenhuma em o assumir, sempre o disse, até o disse quando outros que aqui estão e na altura eram da oposição estavam calados. De facto a dívida assumiu valores que não deveria ter assumido devido a coisas que não deveriam ter sido feitas. Principalmente quando, naquela “bebedeira colectiva” do EURO, todos nós aceitámos e assinámos por baixo a construção de um estádio (deixem-me passar a imagem) um estádio “longe demais”.*

*A dívida herdada é preocupante! Mas não é dramática! A dívida tem um gravoso serviço financeiro agregado. Obriga a despesas que, obviamente, era bom que não existissem. Mas existem meios que poderiam ter feito estancar a dívida e outros que poderiam ter feito baixar o serviço da dívida! Porque o grande problema desta Câmara neste momento mais do que o problema da dívida é o problema do défice!*

*O problema fundamental que actualmente existe em Aveiro é o problema de não se gerarem receitas suficientes para cobrir as todas as despesas e para sobrarem algumas verbas para amortizar as dívidas anteriores. Esse é que é o grande problema!*

*Dir-me-ão. Mas os juros, particularmente das operações de leaseback influenciam fortemente o défice! Certo. Daí a urgente necessidade dessas operações do leasing serem resolvidas com a urgência possível.*

*Isto é um pouco como gerir a nossa casa. Nós não temos hipótese de diminuir as dívidas que temos ao banco se, todos os meses, não nos sobrarem, nem que seja meia dúzia de tostões, para podermos reduzir essa dívida. Isto é. A Câmara tem de resolver o seu problema económico se quer resolver o seu problema financeiro.*



*E como é que vai resolver o problema económico? E só há duas maneiras de resolver o problema económico, de resolver o problema do défice: ou se aumentam as receitas ou se diminuem as despesas! Ou, melhor ainda, aumentam-se as receitas e diminuem-se as despesas ao mesmo tempo. Não há outra solução. Não há segredos!*

*A menos que se pegue no resto dos dinheiros da Câmara (se ainda houver restos) e jogarmos no euro milhões. Se nos calhar o prémio fica tudo bem. Se não calhar ficamos ainda pior. Mas pelo menos fizemos alguma coisa.*

*Eu costumo dizer que na Gestão o que é difícil é nós gerirmos a nossa casa com o ordenadito que recebemos ao fim do mês. A partir daí é tudo mais fácil, porque de facto os problemas são maiores, mas também temos mais meios e informação ao nosso dispor para resolver esses problemas.*

*E uma das coisas que se verifica (e isto tentando ser o mais leal possível no julgamento das contas deste exercício), é que, no referente às receitas, o município tem cerca de 45 milhões de euros de receitas, dos quais três quartos de receitas correntes, um quarto de receitas de capital. Se verificarmos o crescimento das receitas vemos, contrariamente àquilo que tinha sido prometido, que as receitas cresceram pelo lado mau! Isto é, o aumento das receitas, principalmente o aumento das receitas correntes, foi feito à custa dos municípios e do seu rendimento, enquanto que o rendimento das empresas, principalmente aquelas que dão lucro, foi desonerado.*

*A única receita que efectivamente apresenta valores semelhantes aos anos anteriores e que podia ser 400 mil euros superior é a Derrama. Todas as outras receitas têm aumentos muito mais significativos e isso no meu entender é negativo. Eu até posso compreender a razão que levou a fazer isso. Até posso compreender que a baixa da Derrama pode ser um factor de atractividade para a indústria num determinado concelho. Compreendo tudo isso. Só que não estamos em altura de “rodriguinhos” - não é a altura própria para a execução dessas políticas!*

*Mas suponhamos que, com essa medida, conseguimos atrair empresas!” E depois “instalamos onde”? Que dinheiro temos para urbanizar, para fazer as zonas industriais? Eu apoiei a descida da Derrama porque julguei que iam ser aplicadas outras medidas. Mas não foram. Portanto de nada valeu esta diminuição da taxa da derrama. Foi um sacrifício inútil para as contas municipais.*

*Gostaria de lhe dizer, Senhor Presidente, que pode contar com o Partido Socialista quando quiser apresentar um programa competente para resolver o problema da dívida e pode até contar connosco para partilhar as dificuldades políticas da assumpção de posições de fundo que permitam resolver este problema, porque, como é obvio, são medidas que, eleitoralmente não se desejam. É como em nossa casa. Para aumentarmos as receitas e para diminuir as despesas, a família não vai gostar. Os filhos vão passar a ir menos vezes ao cinema; eu vou deixar de ir tantas vezes ao restaurante; sou capaz de ter de trabalhar mais umas horas para ter mais um rendimento extraordinário; a mulher não vai ter direito a tantas horas da mulher-dias - E só assim é que uma pessoa pode conseguir resolver os seus problemas de dívidas. Da mesma forma é assim que se poderá solucionar o problema da dívida da Câmara que urge resolver.*

*Porque só se pode partir para um novo ciclo de desenvolvimento deste município depois de acertar as contas eliminando o défice. E é preciso que não nos esqueçamos que vivemos num País em que o Governo tem tomado medidas anti-populares mas que são necessárias para o nosso futuro comum. E a população até tem compreendido. Se o Governo, se o Partido Socialista, quisesse fazer uma política populista teria certamente muitos mais apoiantes. Porém não é o tempo de o fazer. Se tais medidas fossem aplicadas estaríamos a hipotecar definitivamente o nosso futuro.*

*O que seria do nosso País, o que será do nosso concelho, se apenas fixados em objectivos eleitorais continuarmos a promover políticas populistas?*

*Uma nota para falar sobre um contra-senso que se parece verificar nestas Contas. Que rezam o seguinte. No ano passado o município lucrou cerca de seis milhões de euros isto é teve 5961.927€ - de resultados líquidos positivos. E uma pessoa diz: “Correu bem, pá! Foi bom!” Quer dizer, se lá em casa eu chegar ao fim do ano e disser: este ano entre aquilo que gastámos e aquilo que recebemos temos um resultado positivo de seis mil contos, a minha mulher pergunta-me logo. Onde é que está esse dinheiro? E eu tenho de lhe dizer onde é que o nosso património aumentou ou a nossa dívida diminuiu nesse valor.*

*Ora aqui o que é que nós verificamos? Verificamos que tivemos um lucro de 5961.927€, quase seis milhões de euros. Não houve aumento de património e a dívida de médio e longo prazo aumentou 4,4 milhões de euros, enquanto que a dívida de curto prazo só diminuiu 2,2 milhões. Isto é: a dívida total aumentou 2,2 milhões de euros! E uma pessoa que olhe bem para isto começa a pensar como é que pode ser? Então a gente teve lucros, ganhou dinheiro e chegamos ao fim do ano com mais 2 milhões e 200 mil euros de dívidas — como é que pode ser?*

*Finalmente é preciso ter em atenção uma outra coisa fundamental. O Orçamento, como disse muito bem o nosso colega da bancada do Partido Comunista António Regala estabilizou na ordem dos 45 milhões de euros, cerca de 9 milhões de contos. Dos quais dois terços, trinta e tal milhões de despesas correntes e vinte cinco por cento de despesas de capital (cerca de doze milhões de euros). Mas é preciso não esquecer que na parte das despesas cerca de doze milhões de euros (cerca de dois milhões e meio de contos), são despesas de pessoal!*

*E, Senhor Presidente, com toda honestidade e sinceridade lhe digo que é preciso olhar para esses números e, se calhar, seguir alguns conselhos que já lhe foram dados. É preciso arranjar uma solução. Porque de um Orçamento global de 45 milhões de euros, doze milhões de euros estarem adstritos a despesas de pessoal é, manifestamente, exagerado. A Câmara não pode, com o nível de serviços que actualmente presta, consumir trinta por cento de todas as suas receitas, correntes e de capital, só para pagar aos funcionários.*

*Uma nota final relativamente aos SMAS. Os SMAS continuam a ver a sua dívida aumentada e continuam a ter prejuízo pese embora terem sido expurgados dos transportes urbanos que, tradicionalmente, apresentavam resultados económicos negativos. De facto diminuiu o prejuízo. Mas é preciso não esquecer que da diminuição de prejuízo, quase meio milhão de euros foi na secretaria. Como diz o relatório do Revisor Oficial de Contas a diminuição do prejuízo deveu-se a uma “mudança de critério contabilístico”, isto é, são resultados obtidos na secretaria, não são resultados operacionais. Portanto, será importante que façamos a nossa análise consolidando as contas dos Serviços Municipalizados com as dos serviços que foram expurgados dos Serviços Municipalizados e que neste momento estão a cargo de uma empresa municipal, para que possamos ter uma perspectiva de como estão a evoluir as coisas. Infelizmente não o podemos fazer porque ainda não conhecemos as contas da Moveaveiro.*

*É por isso, Senhor Presidente (e o senhor no outro dia ficou assim um bocado zangado comigo, e eu não quero que fique), que tome atenção quando eu lhe disse que é muito importante termos as Contas das Empresas Municipais aprovadas a tempo.*

*Lembro-me que até ficou até perplexo, quando lhe transmiti que o Dr. Ulisses Pereira (pessoa que muito prezo porque é meu colega e, embora seja meu adversário político, me tem sempre tratado com urbanidade e correcção) me mandou as Contas da PDA; As Contas das Empresas Municipais não são nenhum segredo de Estado. É preciso que se entenda nesta câmara que todas as Contas de todas as empresas, são, por natureza, públicas! Mesmo que não sejam publicadas, qualquer pessoa pode ter acesso à sua consulta. Mais, querem saber outra coisa que este malfadado Governo Socialista aprovou? A partir de Junho todas as contas de todas as empresas passam a ser publicadas na net.*

*Portanto quando alguém entrega como o Dr. Ulisses Pereira o fez as Contas da empresa que gere a um correligionário ou adversário político apenas está, a meu ver, a querer ser simpático ou fazer uma gentileza a um amigo, porque não está a desvendar segredo nenhum. E, portanto, nada de que a sua consciência o possa acusar, está a fazer.”*

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) <sup>019</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>020</sup>

Presidente da Mesa em exercício <sup>021</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>022</sup>

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) <sup>023</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>024</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>025</sup>

*“Bom gostaria de iniciar esta apreciação dizendo que realmente este documento não tem nada a ver com os documentos que nós estávamos habituados a receber na altura pela maioria socialista. Aqui há realmente, apesar de haver uma pesada dívida, que é semelhante aos documentos que nós recebíamos no passado, há também aqui uma assunção dessa dívida. Há aqui um documento de verdade em relação aquilo que são as verdadeiras dificuldades do município.*

*Por isso não construímos castelos de areia. Antes pelo contrário, desmistificamos esses castelos de areia e procuramos consolidá-los de maneira a podermos ter um futuro melhor.*

*É claro que as despesas de pessoal são elevadas, mas eu lembro-me de nós termos aqui discutido exactamente numa altura em que as despesas de pessoal estavam a aumentar, ainda não eram destes valores, e se dizer que não, de maneira nenhuma, porque a lei ainda permitia muito mais com despesas de pessoal. Posso exactamente agora dizer a mesma coisa: nós ainda estamos muito longe dos limites que a lei nos estipula, logo podemos ainda aumentar muito mais as despesas de pessoal.*

*Agora, seria razoável fazê-lo agora? De maneira nenhuma. Assim como não foi razoável fazê-lo na altura em que foi feito. Mas foi, que é um facto, é que foi feito e neste momento as despesas de pessoal são realmente cerca de um terço daquilo que é a receita do município. Mas há aqui uma viragem e a viragem prende-se quando se decide uma opção política clara, de diminuição das dívidas aos pequenos fornecedores e penso que é claro, podem dizer assim – são só 2,2 milhões de euros. Mas 2,2 milhões de euros, numa receita que foi só de 45 milhões de euros e em que temos compromissos que temos que cumprir, penso que foi um esforço muito grande desta Câmara e foi uma viragem, um sinal, que se está a dar a todos que realmente queremos inverter esta situação e queremos honrar aquilo que foi desbaratado pelo Partido Socialista em 8 anos de governação da Câmara Municipal de Aveiro.*

*E por isso gostaria também de realçar que apesar do serviço de dívida ser muito elevado ainda, é um serviço de dívida que tem estado a diminuir e a solução tem que ser encontrada. Aliás já aqui foi lançada qual seria parte da solução, é que realmente este o leasing e o leaseback, e todas essas operações financeiras mirabolantes, que fonte de alguns visionários que nós tínhamos e temos nesta Assembleia, permitiram que fosse feito.*

*Houve aqui várias pessoas que gostam muito de nos dar lições e que também nos tinham dado lições já nessa altura, que era uma operação financeira, que era uma coisa fantástica, como não poderia haver melhor solução, para realmente nós podermos continuar a construir um município próspero, com progresso e solidariedade entre todos — que foi o que se viu!*

*Por isso já na altura nós tínhamos chamado a atenção para essas operações obscuras que procuravam receitas onde não as havia e que estimavam receitas que era impossível de realizar, como foi visto e como continua a existir.*

*Mas é um facto que temos que combater e por isso o leasing e o leaseback, se forem debelados, com certeza que a partir daí teremos o problema parcialmente resolvido. Só que é preciso fazê-lo e por isso quer dizer, que para isso, vão-se muitos dos nossos anéis, vai-se muito de potencial investimento, que podíamos dizer assim, podíamos guardar para o futuro para a altura das vacas magras.*

*O problema é que as vacas magras não são um problema de futuro, são um problema neste momento de presente, criado por esta herança pesadíssima do passado.*

*E por isso gostaria de terminar, só com esta nota de esperança que é este relatório de Contas de 2006, tendo esperança que este ano de 2007, seja o verdadeiro ano de viragem, como já se tem verificado e como nós podemos ver já pelo Relatório de Actividades, já de estancar de muitos dos problemas, já de uma preocupação da consolidação do município, uma preocupação na consolidação de todas as freguesias do próprio município e como se tem visto, como se pode ver no relatório. Um relatório em que se mostra que a Câmara fala com os Presidentes de Junta, a Câmara está preocupada com o município como um todo, não está preocupado só em obras pontuais, não está preocupada só em algumas obras de fachada, está preocupada na consolidação e é essa consolidação que tem que ser sustentada e sem ser sustentada, mantendo os nossos compromissos eleitorais. E penso que isso, nós nunca devemos abdicar, dos compromissos eleitorais.*

*Outros não fizeram isso, outros foram para o Governo, dizendo que faziam mundos e fundos e quando lá chegaram fizeram exactamente ao contrário. Aquilo que nós estamos a fazer e que esta Câmara está a fazer e também a felicito por isso, é de ter a coragem, para contra muitos daqueles que se dizem eruditos nalgumas destas matérias (será que o são?) apesar de dizerem isso, nós continuamos a cumprir os nossos compromissos de diminuir o peso que representa para o munícipe, as taxas que já tem que pagar e aquilo que representa para as empresas, terem que abdicar de alguns dos seus lucros, para mais receitas para a Câmara.*

*Todos temos que contribuir, para que este município possa ser consolidado, por isso pedimos o esforço a todos, mas também temos que desafogar, naquilo que a Câmara puder desafogar, naquilo que é a actividade económica, daquilo que é a actividade dos diferentes municípios neste nosso concelho.*

*E por isso esta nota de esperança, de que 2007 de certeza que vai ser muito melhor do que este ano de 2006. E parabéns por isso à Câmara Municipal, por esta coragem que tem demonstrado ao longo destes dois anos, de querer e de conseguir inverter esta situação calamitosa, onde temos estado mergulhados.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>026</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>027</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>028</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>029</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>030</sup>

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) <sup>031</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>032</sup>

*“Obrigado Senhor Rocha de Almeida, e permita-me que comece por si. Obrigado a todos os senhores deputados, pela participação importante que tiveram e também pelas palavras e pelas propostas que nos fizeram chegar, mesmo considerando um ou outro desvio em termos de democracia, em termos de regime democrático, sim, compreendo.*

*A vossa participação, a participação de todos, foi valiosa para o debate e para nós também. O caminho faz-se caminhando. Nós estamos todos nesta viagem a fazer caminho. Um caminho difícil, um caminho tortuoso, mas vamos acreditar nas palavras do poeta que nos dizia:*

“muitas vezes os caminhos mais tortuosos, são aqueles que poderão esconder as paisagens mais belas”.

Quanto às questões que nos foram colocadas, de forma partilhada, vamos procurar responder. Eu responderei a três, depois o Dr. Jorge Greno responderá a mais e o Dr. Pedro Ferreira concluirá.

Três questões. Quanto à descentralização.

O deputado Jorge Afonso tocou noutra dos problemas grandes da Câmara, quase tão preocupante como a dívida, que é a questão da centralização excessiva que a Câmara tem. Nomeadamente em termos de equipamentos. Neste momento a Câmara é dona de pavilhões, fontes, centros culturais, das escolas, de polidesportivos, das sedes das juntas — a Câmara é dona de quase tudo o que existe neste concelho. E tem que responder desde a sanita que entope numa sede, até a um vidro que se parte numa escola, com toda a carga burocrática, que nós temos para intervir, para fazer essa intervenção. Se num centro cultural se partir um vidro, a substituição do vidro, dá quase duas páginas de procedimentos para se conseguir pôr o vidro; e uma das medidas que irá ser proposta, aquele plano que está a ser elaborado, que nós não dissemos que iríamos elaborar, mas que iríamos apresentar (que é diferente) é exactamente isso: é procurar uma descentralização forte.

Nesse sentido, nas reuniões periódicas que temos tido com os senhores Presidentes de Junta, penso que na reunião de Fevereiro, foi entregue uma proposta já muito amadurecida, em que se propõe um conjunto alargado de disponibilidades da Câmara em podermos caminhar para a descentralização. É um diálogo que estamos a manter. Pretendemos, e pelo menos a meta que nós todos definimos, ver se conseguimos até Junho deste ano termos esse documento concluído, de modo a que possa entrar já no âmbito das GOP's para 2008, no âmbito das Delegações de Competências.

Quanto às horas extraordinárias, tivemos em 2006 menos 4.200 horas extraordinárias que em 2005. O que representa uma poupança de 31 mil euros em 2006. Agora, também mais um dado, em relação às requisições internas e aqui vê-se o esforço que em termos mensais tem sido feito nas despesas correntes para redução em termos de requisições internas, dois milhões e quatrocentos mil euros em 2005, passámos para um milhão e quinhentos mil euros em 2006, dá quase uma poupança de um milhão de euros; e temos procurado poupar em tudo o que é possível e temos conseguido reduzir e muito as despesas correntes da Câmara.

Quanto ao Dr. Pires da Rosa e à questão da baixa da Derrama. Está tudo dito, é uma questão de palavra. Nós hipotecámos a nossa palavra em determinada altura, em determinado momento — se foi prometido, naturalmente tem que ser cumprido, com a maior naturalidade.

As promessas na nossa perspectiva não se discutem, cumprem-se.

É verdade que esta decisão nos cria algumas dificuldades - é verdade. Mas preferimos aumentar as nossas dificuldades e reduzir a dos cidadãos, do que aumentar a dos cidadãos e reduzir as nossas.”

Vereador Jorge Greno <sup>033</sup>

“Bom, relativamente às horas extraordinárias, é evidente que este é um processo que por muita vontade que haja não se consegue reduzir de um momento para o outro. Há questões de horários de trabalho, há questões de procedimentos e aquilo que se tem vindo a fazer é procurar realizar em horários de trabalho algumas tarefas que antes eram realizadas fora do horário de trabalho. Penso que no primeiro ano já tivemos resultados significativos. Sabemos que também não é possível passar as horas extraordinárias, mas também há outro dado que nos permitirá analisar melhor e que neste momento não temos disponível que é a análise dessas mesmas horas. Portanto as horas são contabilizadas por departamentos, mas muitas vezes é um departamento que está a executar tarefas para outros departamentos que faz as horas. Nós queremos dar aqui um conteúdo de contabilidade analítica às horas extraordinárias, para que

*cada serviço saiba exactamente quanto é que custa à Câmara uma determinada tarefa ou um determinado evento. Dou-vos um exemplo, uma actividade desportiva, que obriga os serviços urbanos a irem montar um palco e a Polícia Municipal a estar presente para assegurar a segurança do evento — essas horas extraordinárias não aparecem na Divisão de Desporto, aparecem na Polícia e nos Serviços Urbanos, quando deveriam na minha opinião estar no Desporto, para o Desporto saber quanto é que efectivamente custou aquela actividade.*

*Eu penso que quando tivermos isto disponível permitirá aos próprios serviços ter uma noção mais clara do custo de determinados eventos e poder gerir, quer a organização de eventos, quer a própria forma como os eventos são organizados.*

*Quanto à intervenção do deputado Raúl Martins, parabéns pelo bom gosto pelo Ferrari. Eu também gosto muito de Ferraris, só falta aí uma coisa, o senhor podia ter comprado o Ferrari em leasing e ir vendê-lo, agora se não aparecesse um comprador estava com um problema dos diabos — é que nem todos os dias se consegue vender um Ferrari! E pronto, o problema é exactamente esse. Nós podemos querer vender os Ferraris que temos, ou os Mercedes ou o que quer que seja, é preciso que haja no mercado comprador e vendedor ajustados aquele preço, que como o senhor bem sabe, para que o negócio se faça.*

*E também me parece que em certas ocasiões não devemos, apesar das dificuldades, de vender a qualquer preço porque provavelmente esperando algum tempo se poderá vender melhor.*

*E todos sabemos, no caso concreto dos terrenos, que neste momento e nos últimos dois, três anos, na construção tem havido uma crise bastante grande. Está bom para quem quer comprar e tem disponibilidade, mas quem quer vender tem de ponderar duas vezes qual é o momento melhor para vender, não deixando naturalmente de ir fazendo alguns negócios que é aquilo que tem vindo a acontecer.”*

Vereador Pedro Ferreira <sup>234</sup>

*“Senhores deputados, em relação às questões que foram colocadas. Dr. Pedro Pires da Rosa, em relação à baixa de impostos, o Dr. Raúl Martins fez as contas como ele sabe e eu também sei fazer — e contas são contas como foi dito. A verdade é que foi uma promessa. O Senhor Presidente já referiu e deixem-me dizer-vos uma coisa em relação às áreas industriais, por muita obra que tenha sido feita neste município nestes últimos anos, acho que isso foi uma pecha grande. Maior do que todas as obras e que todas as dívidas foi a falta de estratégia económica para Aveiro nos últimos anos, na parte industrial. Esperemos que esta Câmara tenha capacidade e através desta baixa de impostos, é uma imagem que nós demos, para que volte a haver investimento industrial em Aveiro.*

*Deputado Jorge Afonso, em relação à taxa de execução. Isso de ter um índice de participação ou não, tem que ler o POCAL de facto, porque não posso responder de outra forma.*

*Deputado Joaquim Marques, resultado negativo dos SMA. Na parte de exploração do saneamento deve-se em concreto à questão da SIMRia. Nós de 2005 para 2006 fizemos um esforço (com custos políticos), mas colocámos o aumento da taxa de saneamento para os níveis mínimos em 0.42 euros e para 2006 (como foi aqui referido na altura em que isso aconteceu) para 0.60. Isto cobre cerca de 50% a 60% dos custos do tratamento de saneamento. Portanto é essa a razão, tem a ver com o tratamento que é feito na Simria.*

*Deputado José Costa, agradecer de facto, tentámos transmitir alguma clareza, principalmente com a introdução dos indicadores económicos, que ajuda a termos, uma visão mais clara da estrutura da Câmara.*

*Em relação à informação do SMA e em relação à diferença, em termos de como é prestada essa informação. A Câmara é substancialmente diferente e tem tantas áreas diferentes que é complicado ter uma estrutura de apresentação civil. Nos SMA temos algum tipo de informação já mais empresarial, que julgo que é isso que nós estamos a caminhar.*

*Quanto à questão das contas da SIMRia, há uma coisa que nós referimos, que tem a ver com auditoria e isso foi validado que é isto: nós esperámos, até porque nós próprios tínhamos algumas dívidas, em relação aos mínimos que estavam estabelecidos. Sempre entendemos que pelo menos aquilo que realmente foi entregue à SIMRia para tratamento, era dívida. Mas tínhamos dívidas quanto à questão dos mínimos. Na auditoria, tanto uma como outra, o próprio relatório preliminar indicavam que a facturação é que é a dívida. E, portanto, foi essa a dúvida que nós tínhamos, assim que estivesse referido iam contabilizar e é o que vamos fazer.*

*João Carlos Valente a questão do reequilíbrio financeiro. Quantos anos para pagar a dívida? Vinte a vinte e cinco.*

*Miguel Fernandes processos judiciais. Algumas situações conseguimos resolver extra judicialmente, outras não. Infelizmente. Julgo que os processos reduziram e continuamos a trabalhar para isso.*

*Programa POLIS. É mais uma das questões que nos levanta muitas dúvidas em relação ao seu encerramento. Quais são as responsabilidades da Câmara? Sendo certo que em Dezembro de 2005 o passivo apontado pela Empresa seriam cerca de vinte milhões.*

*António Regala Demonstração dos Resultados, resultados positivos. As contas tem algo - e foi a primeira declaração que eu fiz, em que as contas têm lá um valor que é diferente de tudo aquilo de todas as empresas e de todas as entidades que eu até hoje já tinha analisado, que é a questão da falta de Património.*

*Como sabe, está a ser concluído um processo de inventariação do património imóvel da Câmara e portanto há aí toda uma distorção que é gerada através disso e a falta das amortizações, etc. etc.*

*Cabimentação e a passagem de dívida, a questão do POCAL. Também é por causa disso que temos o Orçamento que temos. A cabimentação da dívida tem que ser espelhada todos os anos, em relação ao ano económico.*

*Deputado Raúl Martins, obrigado por ter feito algumas considerações similares aquelas que eu tenho vindo a fazer. Nomeadamente à questão da dívida não é dramática e a questão do défice — de acordo, sempre falámos sobre isso. Ficou espelhado “Contas são Contas” e eu registei esse aspecto.*

*Uma coisa, eu não tenho jeito nenhum para metáforas ou questões do género. Mas deixe-me transmitir sobre a questão do Ferrari: os senhores aprovaram aqui uma operação denominada de “leaseback”; uma foi um leaseback e outra foi um leasing imobiliário.*

*Eu terei todo o gosto em vos facultar os documentos que devem ter sido entregues na altura — é que a primeira coisa quando não se tem dinheiro para pagar esse Ferrari é entregá-lo ao dono. Se a gente não tem dinheiro entrega-o ao dono. Nós não podemos sequer fazer isso! Por isso mesmo (se quiserem tenho todo o gosto em entregar esse contrato) é que eu acho que é uma coisa incrível. Tenho pena que na altura não tivessem todos os partidos terem analisado melhor aquele contrato.*

*Em relação à questão das receitas e ter sido um peso para os munícipes. Eu não vejo a questão como a colocou. Eu não vejo a questão como colocou, porque ficou claro que nós baixámos o IMI entre 12.5% e 25%.*

*A questão do resultado positivo já o transmiti. Tem a ver com a falta de informação do activo e nomeadamente a questão do património imóvel. O Orçamento real, mais uma vez obrigado por terem todos falado dessa questão dos 50 milhões - eu falei inicialmente.*

*Despesas com pessoal. É algo que nós temos alertado e é um rácio que está na página 113, quem quiser pode ver, foi das coisas que nós nos preocupamos. Mais do que este rácio é de facto nós gastarmos mais do que aquilo que recebemos do Estado só para pagar a funcionários.*

SMA, dívida acumulada. Eu transmiti que tinha a ver de facto com um grande investimento de Oliveirinha. Tem a ver com o facto de começarmos a pagar no real à SIMRia. Eu julgo que este ano já terão as Contas relativas aos primeiros três meses, vêem que há uma substancial melhoria nas contas dos SMA.

Por último a questão da “pá e da montanha”. Da montanha concordo, nós não temos é pá! Eu diria que temos uma colher da sopa. Teremos com certeza uma pá, só dizer-lhe uma coisa, em relação à questão do défice, fui o primeiro a afirmar que a questão da Câmara ter crescido muito, porque tinha muito investimento para fazer, não sei se era necessário ter crescido tanto nalguns aspectos. Mas de facto, eu já o afirmei aqui publicamente, que acho que é uma Câmara demais para o número de municípios que tem — e é com isso que nós vamos conviver durante muitos anos.”

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício <sup>035</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>036</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>037</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>038</sup>

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) <sup>039</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>040</sup>

Vogal José Costa (PS) <sup>041</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>042</sup>

Vogal João Pedroso (PS) <sup>043</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>044</sup>

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) <sup>045</sup>

(Saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal João Pedroso (PS) <sup>046</sup>

Vogal José Costa (PS) <sup>047</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>048</sup>

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>049</sup>, colocou à votação o ponto n.º 2 – Câmara Municipal de Aveiro – Relatório de Gestão, Prestação de Contas e Balanço Social de 2006, sendo aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (PSD17+CDS6), catorze abstenções (PS12+BE1+PCP1) e zero votos contra.**

**Continuando colocou à votação o ponto n.º 3 – Serviços Municipalizados de Aveiro – Relatório de Gestão e Contas de 2006, sendo aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (PSD17+CDS6), catorze abstenções (PS12+BE1+PCP1) e zero votos contra.**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>050</sup>

*“A minha intervenção não é uma intervenção de Socialista. Nós na bancada Socialista não somos manga-de-alpaca; entendemo-nos! Estamos aqui como políticos; quem for apenas contabilista muito competente, parabéns, mas isto não é uma assembleia técnica é uma assembleia política.*

*Oxalá esta Câmara arrebite; oxalá!*



*Depois também faço votos para que as pessoas não façam confusões de terminologia; Dr. Coimbra (e até pode parecer mal numa declaração de voto, mas tenho que lhe dizer isto) - esta Câmara pode estar pobre, mas não foi disso que eu falei. O que eu digo é que não quero uma Câmara pelintra! Que é um estado de espírito. Pode-se ser rico e ser-se piroso e pelintra; e pode-se ser pobre e ter uma proa alçada (à Moliceiro) e ter firmeza de atitude e ir em frente. Eu não quero uma Câmara..., quero uma Câmara de moliceiro; não quero uma Câmara de chata ou de mercantel.*

*E o Sr. Dr. que é uma pessoa muito inteligente e culta, mas é um bocado virado para as coisas técnicas e de terminologia muito rigorosa; eu não quero esta Câmara nem de coçar, nem a assumir-se como falida e como desistente. Quero-a empertigada, de proa alçada. Falaram aí na navegação: “quero-a à bolina” de qualquer maneira. Tem é que dobrar o cabo das tormentas, para que Aveiro não se fique do lado de cá da costa de África.*

*Temos que continuar viagem; o nosso destino é o Preste João. Vamos lá a caminho! Quem não souber pergunte a quem saiba mais e melhor. E quem desistir... bem, quem desistir, desista e atire-se pela borda fora como o Presidente da Câmara de Lisboa, diz que lhe estão a fazer.*

*Eu acredito no futuro. Erros houve. A conjuntura, a mudança da conjuntura! É assim. Quem é que é o culpado disto? Não sei; não sei quem foi — se calhar foi o Guterres. Não sei. A verdade é que entrámos numa “belle époque”, eufórica, convicta, despesista, e a Câmara de Aveiro também e todos nós também.*

*Vamos ser sensatos, equilibrados, eficazes, a bem do nosso município.”*

Vogal António Regala (PCP) <sup>651</sup>

*“Nós abstemo-nos. porque encontrámos, aliás como foi referido na intervenção que fiz anteriormente, encontrámos desvios técnicos e incorrecções no relatório. Há situações contraditórias que continuam a existir.*

*Cabimentar o montante de noventa e oito milhões, com receitas municipais que não ultrapassam os quarenta e cinco milhões, é caminhar para a explosão da dívida.*

*Urge encontrar seriamente um plano de estabilidade financeira.”*

Vogal Jorge Nascimento (CDS) <sup>652</sup>

*“Votámos a favor os documentos relativos ao Relatório e Contas quer da Câmara Municipal de Aveiro, quer dos Serviços Municipalizados, porque nos pareceram exactos, transparentes, espelhando a realidade e com um tom e uma mensagem de responsabilidade.”*

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício<sup>653</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 14 de Maio (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 08 de Maio de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel

Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)